SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/06/2015 - Sinttel-ES

Assembleia Geral: Oi Placar 2015 (PPR)

O Sinttel/ES realiza assembleias esta semana em Colatina, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória para avaliar e deliberar sobre a Proposta de Placar 2015 (PPR) apresentada pela empresa.

Após duas rodadas de negociação, a Comissão de Negociação da Fenattel chegou a um entendimento com a diretoria da empresa sobre o Programa de Participação nos Resultados (Placar 2015). As bases do programa que já conta com alguns anos de acúmulo e debates foram mantidas, mas foi possível avançar e mexer em dois pontos que causavam dificuldades ao conjunto dos sindicatos e à federação: O prêmio ser diferenciado por região do país e o Delta EVA.

O primeiro nos causou uma dificuldade enorme este ano, que apesar do bom prêmio pago, o fez com uma grande variação por regional da empresa (em uma determinada região pagou 3,2 salários, em outra pagou 2,2). Já o segundo sempre foi uma imposição dos acionistas e nós nunca concordamos (até porque sempre foi muito difícil explicar o fato dele não poder ser calculado mês a mês como os demais indicadores e quase sempre nos causou surpresas desagradáveis…).

Após os debates e a nossa insistência em tornar o programa verdadeiramente nacional e unificado, assim como nosso esforço em acabar com o Delta EVA, os representantes patronais cederam parcialmente aos nossos argumentos e concordaram com parte importante de nossas propostas.

O Placar 2015 contará com cinco indicadores unificados nacionalmente (veja abaixo) e os demais pontos do ano passado (como elegibilidade, data de pagamento, etc…) estão mantidos

-Dívida Bruta (peso de 30%);
-Opex (peso de 30%);}
-Receita (peso de 15%);
-Ebitda (peso de 15%);}
-Reclamações Anatel (com o peso de 10%).

Assembleias:

Quarta-feira, 24/06 – Colatina – às 8horas, no prédio da OI

Quinta-feira, 25/06 – Cachoeiro de Itapemirim – às 8 horas, no prédio da OI

Sexta-feira, 26/06 – Vitória – às 8 horas – prédio da OI (Rua do Rosário, 150, Centro) e às 10hs (Rua Cassiano Antônio de Morais, 60, na Enseada do Suá).

Vamos decidir juntos. Participe!

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/06/2015 - Telesíntese

Altice, dona da PT, tenta comprar terceira maior operadora da França

Aquisição da Bouygues transformaria grupo no maior de telecom a operar no país, superando a Orange. Mas o governo francês se posiciona contra a ideia de reduzir o número de competidores no mercado local.

A onda de compras da Altice, companhia francesa do bilionário Patrick Drahi e que comprou a PT Portugal da Oi, continua. A intenção agora é de consolidar o mercado francês, formando a maior empresa de telecomunicações do país, com a fusão entre a Bouygues, terceira operadora do país, e a Numericable-SFR, segunda tele do país (pertencente à Altice). A empresa resultante seria maior em faturamento e número de clientes que a atual líder, a Orange.

O negócio deve movimentar 10 bilhões de euros. Pode incluir também acordos com a Iliad, quarta operadora do país. Neste caso, a intenção seria vender espectro e infraestrutura para que a tele menor apoie a consolidação e melhore sua posição para competir com a gigante resultante. A estratégia da Altice com isso é se antecipar às exigências do regulador francês.

Representantes do governo francês já se posicionaram hoje ,22,contra a ideia de reduzir o número de competidores no mercado local de telecomunicações. O movimento reduziria o número de interessados no próximo leilão de espectro 4G, com o qual esperam levantar 2,5 bilhões de euros, até o final deste ano.

A Bouygues Telecom se disse surpresa e negou conversas prévias com a Altice. Afirma, porém, que o conselho da empresa se reúne nesta terça-feira, 23, para debater a proposta. O valor proposto é mais que o dobro da oferta feita em 2014 pela Iliad pela companhia, e mais do que valem os papéis na bolsa local. Ano passado, também a Orange estudava comprar a Bouygues.

De acordo com o jornal britânico Financial Times, até a Orange apoiaria a fusão, oferecendo aos reguladores a contratação de parte dos funcionários da Bouygues. A atitude dependeria, porém, de contrapartidas, não sinalizadas, por parte da Altice.

19/06/2015 - Teletime

Serviços de Telecom chegam a 357 milhões de acessos no país no 1º tri

O Brasil fechou o primeiro trimestre de 2015 com 375 milhões de acessos nos serviços de telecomunicações, segundo documento "O Desempenho do Setor de Telecomunicações no Brasil – Séries Temporais", divulgado nesta sexta-feira, 19, pela Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil). Desse total, 45 milhões são de telefones fixos, 283,4 milhões de telefones móveis, 24,4 milhões de banda larga fixa, 19,8 milhões de TV por assinatura e 2,5 milhões de acesos de Serviço Móvel Especializado (rádio). A banda larga móvel, que é contabilizada entre os acessos de telefonia móvel, fechou o trimestre com 184,3 milhões de acessos.

De acordo com o levantamento, 41.183 localidades brasileiras são atendidas pelos serviços de telefonia fixa. Também mostra que 100% da população moram em municípios com cobertura da telefonia celular. O balanço aponta ainda que 83,7% dos brasileiros estão em cidades atendidas por quatro ou cinco prestadoras de telefonia móvel.

Segundo o documento da Telebrasil, no fim de março, cidades que congregam 92% da população brasileira já eram atendidas pelo serviço de banda larga móvel. As redes de banda larga fixa, por sua vez, estão instaladas em todos os municípios brasileiros.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/06/2015 - Instituto Telecom

Universalizar a banda larga é obrigação

Preocupante. É o mínimo que se pode dizer de algumas das conclusões do seminário "Concessões em Telecomunicações", promovido pela Anatel e a Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas no dia 17, em Brasília.

Teoricamente, o objetivo do seminário era discutir as novas metas de universalização, ou seja, o novo PGMU, principalmente a inclusão de metas de banda larga fixa nos atuais contratos de concessão. Detalhe: apesar da relevância do tema para a sociedade, nenhum representante dos movimentos sociais foi chamado para compor a mesa.

É importante notar que o STFC (telefonia fixa) e a banda larga fixa usam a mesma infraestrutura. A Anatel propõe incluir banda larga fixa em troca da redução das metas de número de telefones públicos instalados. Um dos participantes, o ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas, descartou totalmente a possibilidade de incluir nos atuais contratos metas para universalizar a banda larga fixa. Segundo ele, "será preciso ter em conta que esses contratos de concessão em curso não se prestam a esse propósito, pois não foram concebidos para essa finalidade, e nem podem ter seus objetos alterados".

Na mesma linha, o advogado Floriano de Azevedo Marques afirmou que "o Estado está obrigando a concessionária a assumir ineficiências de uma concessão, e isso é desperdício, dinheiro que não é investido em novos serviços". Para Floriano, é complicado abandonar o regime de concessão, destacando que a polêmica sobre os bens reversíveis inibe investimentos.

Ocorre que desde 2011 o capítulo IV do Plano Geral de Metas de Universalização trata de metas de implantação da infraestrutura de rede de suporte do STFC para conexão em banda larga fixa. Na época, o capítulo só não foi expandido por pressão das operadoras. E mais: o artigo 27 é claro ao estabelecer que "o Backhaul (leia-se banda larga) para atendimento dos compromissos de universalização qualifica-se, destacadamente, dentre os bens de infraestrutura e equipamentos de comutação e transmissão reversíveis à União e deve integrar a relação de bens reversíveis".

O artigo 22, por outro lado, determina a obrigação das concessionárias do STFC na modalidade Local de disponibilizarem o acesso à infraestrutura de Backhaul, preferencialmente, a implementação de políticas públicas para as telecomunicações.

Apesar disso, uma das propostas apresentadas pelas operadoras para o novo PGMU, que irá vigorar a partir de janeiro de 2016, é a de exclusão do Artigo 19 da consulta 25 da Anatel, justamente o que trata das metas de implementação da infraestrutura de rede de suporte do STFC para conexão em banda larga fixa. O Artigo estabelece que "o Backhaul deve ser implementado em infraestrutura de fibras óticas em todos os municípios que não disponham dessa infraestrutura na data da publicação deste Decreto, com exceção dos municípios que só puderem ser atendidos via satélite, nos termos da regulamentação específica a ser editada pela Anatel". Coincidência ou não, o seminário corrobora a posição das concessionárias.

Nesta sexta-feira, dia 26, a Anatel promove uma audiência pública em Brasília, com acesso remoto a partir das gerências regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, Bahia, Ceará, Pará e Amazonas, de 9h30 às 12 horas.

Diante do que foi discutido no seminário organizado pela FGV e a Anatel, a participação da sociedade civil nessa audiência pública ganha importância maior na luta pela manutenção do Capítulo IV da Consulta Pública 25, assegurando assim a exigência de maior compromisso social das concessionárias com a universalização da banda larga fixa.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/06/2015 - CUT

Exemplos de como a 85/95 vai diminuir tempo para a aposentadoria integral

Confira aqui casos que comprovam isso. E atenção: as regras antigas continuam valendo, caso sejam melhores para quem não atingir 85/95

A fórmula 85/95 entra em vigor até 2017, após medida provisória, do governo federal, editada na noite de quarta-feira passada.

Essa nova regra vai melhorar bastante a vida de pessoas que já tem tempo de contribuição avançado. Abaixo, vamos apresentar alguns exemplos que comprovam isso.

A 85/95 vai valer sem alterações até 2017. Portanto, é tempo de muitos trabalhadores e trabalhadores aproveitarem a oportunidade e se aposentarem agora com benefício integral, sem as perdas do fator previdenciário.

Mas atenção: essa nova regra não acaba com as regras anteriores. Se você já tem idade, mas ainda não tem 30 anos de contribuição (mulheres) ou 35 anos (homens), poderá escolher a regra antiga, se considerar que isso vai ser melhor para você.

Acompanhe, pelos exemplos abaixo, como fica a nova situação com a regra 85/95:

Exemplo 1: um trabalhador com 60 anos e que já contribuiu com 35 anos, pelas regras atuais, receberia apenas 85% do benefício. Se tivesse direito a uma aposentadoria de R$ 1.500,00, receberia R$ 1.275,00, uma diminuição de R$ 225,00 devido à aplicação do fator;

Pela regra do 85/95:

- TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 35 ANOS
- IDADE: 60
- PELA REGRA 85/95: 35+60=95

Valor da aposentadoria: R$ 1.500,00

Exemplo 2: uma trabalhadora com 51 anos e que já contribuiu com 34 anos, pelas regras atuais, receberia apenas 68% do benefício. Se tivesse direito a uma aposentadoria de R$ 1.500,00, receberia R$ 1.020,00, uma diminuição de R$ 480,00 devido à aplicação do fator;

Pela regra do 85/95:

- TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 34 ANOS
- IDADE: 51
- PELA REGRA 85/95: 34+51=85
- Valor da aposentadoria: R$ 1.500,00

Exemplo 3: um trabalhador que possui 51 anos e já contribuiu 35 anos (começou aos 16 anos), teria de trabalhar mais nove anos para atingir o valor integral da aposentadoria.

Pela regra do 85/95:

- TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 35 ANOS
- IDADE: 51
- PELA REGRA 85/95: 35+51=86
- 95 – 86 = 9
- 9 / 2 (tempo de contribuição adicional mais a idade) = 4,5 anos

Ou seja, ao invés de trabalhar nove anos, este trabalhador precisaria trabalhar 4,5 anos para obter a aposentadoria integral.

Calcule o seu caso aqui:
https://8595.cut.org.br/

Por outro lado, lembre-se que muitos brasileiros e brasileiras trabalham muito, mas nem sempre conseguem comprovar tempo de contribuição, por falta de registro em carteira ou por falta de condições financeiras para pagar o carnê da Previdência. Nesses casos, é possível se aposentar por idade. Homens com 65 anos e 15 anos mínimos de contribuição podem requerer a aposentadoria. Mulheres com 60 anos e 15 de contribuição, também.

Como fica depois de 2017

A regra 85/95 vai mudar a partir de janeiro de 2017. Nesse momento, a regra vai ganhar um ponto. Ou seja, vira 86/96. Em janeiro de 2019, vai se tornar 87/97. Em janeiro de 2020, vai se tornar 88/98. Em janeiro de 2021, vai ser acrescido mais um ponto, tornando-se então 89/99. E, por fim, em janeiro de 2022, ganha último ponto e torna-se 90/100.

Então, em janeiro de 2022, acaba a progressão e a regra se torna permanente. As pessoas vão poder calcular sua aposentadoria integral com mais segurança e previsibilidade.

Lembrando que a fórmula 85/95 se atinge da seguinte forma:

Mulheres: idade + tempo de contribuição = 85

Homens: idade + tempo de contribuição = 95.

De 2017 a 2022, essa conta vai ser acrescida de um ponto.

22/06/2015 - Teletime

Teles móveis recebem multa de R$ 22,7 milhões por bloqueio de Internet

As operadoras de telefonia móvel foram multadas em R$ 22,7 milhões pelo Procon-SP por quebra de contrato e bloqueio de Internet móvel após o fim da franquia de dados nos planos vendidos como ilimitados. A Oi terá de pagar R$ 8 milhões; a TIM, R$ 6,6 milhões; a Claro, R$ 4,5 milhões e a Vivo/Telefônica, R$ 3,5 milhões.

"Estas empresas burlaram e continuam burlando o Artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor que estipula dos direitos básicos do consumidor, principalmente quanto a direito a informação adequada e clara na contratação de produtos e serviços", afirma a diretora-executiva do Procon-SP, Ivete Maria Ribeiro. Ela sustenta que a informação passada é imprecisa e o consumidor não sabia que durante o contrato haveria mudanças.

De acordo com o órgão, as operadoras já receberam cópias das autuações e poderão recorrer da decisão, ou pagar o valor à vista com desconto, e ainda, parcelar o débito. Ivete ressaltou que as operadoras já possuem débitos junto ao Procon devido a multas em outras ocasiões. A Vivo/Telefônica deve R$ 176 milhões; a Claro, R$ 34 milhões; TIM, R$ 30 milhões e a Oi, R$ 316 mil.

A multa aplicada pelo Procon-SP poderá ainda se somar à que foi arbitrada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, na ação movida em 11 de maio pelo Procon-SP e que prevê pelo descumprimento a multa de R$ 25 mil ao dia para as operadoras que descumprissem a decisão de manutenção dos serviços contratados pelos consumidores sem corte da Internet. O órgão obteve liminar nesse sentido no mês de maio.

Operadoras

Em resposta a este noticiário, a Claro confirmou que foi notificada pelo Procon-SP e "está avaliando os termos de autuação". A operadora TIM disse que ainda não foi notificada pelo órgão. Já a Oi preferiu não comentar "ações em andamento", posicionamento similar ao da Telefônica/Vivo, que por estar "sub judice, não vai se manifestar sobre o tema".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

22/06/2015 - CUT

Redução da maioridade penal pode estabelecer o racismo institucional

Proposta que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos será votada na câmara dia 30

De acordo com os participantes do Seminário Direitos Humanos no Estado de São Paulo, realizado pelo Fórum dos Movimentos Sociais, o racismo institucional, promovido pelo Estado, pode passar a vigorar no País caso seja aprovada a redução da maioridade penal. A atividade foi realizada na última sexta-feira, (19), e mesmo com chuva e frio, contou com grande público de militantes, ativistas, parlamentares e entidades como a Central Única dos Trabalhadores, movimentos sociais e sindicatos.

De acordo com a pesquisa "letalidade policial" divulgada no ano passado, pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da universidade, 61% das vítimas da polícia no estado são negras e 77% têm de 15 a 29 anos. Já os policiais envolvidos são, em sua maioria, brancos 79%, sendo 96% da Polícia Militar.

Para a coordenadora da pesquisa, Professora Dra. do Departamento de Sociologia da Universidade Federação de São Carlos (UFSCAR), Jacqueline Sinhoretto, o problema está no sistema de Segurança Pública. "Não é que o policial como pessoa tenha preconceito. É o modo como o sistema de segurança pública opera, identificando os jovens negros como perigosos e os colocando como alvos de uma política violenta, fatal", diz.

O Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, ficando atrás apenas da Nigéria, na África. Boa parte dessa população brasileira vive na periferia, fruto dos seus 400 anos de escravidão, onde a polícia é a única face do Estado que chega até lá. "A gente do movimento negro faz uma leitura da realidade da estrutura do Brasil diferente. Somos o alvo da opressão do capitalismo no Brasil", afirmou o professor e militante do movimento negro, Douglas Belchior.

Herdeiro dessa história, entrecortada por ditaduras, como bem lembrou Douglas em sua intervenção, o jovem negro é apontado como o principal agente e paciente da violência no país. Durante o seminário, a Professora Jaqueline Sinhoretto, apresentou outros números do estudo feito pela Secretaria Nacional da Juventude do governo federal, o Mapa do encarceramento: os jovens no Brasil, que diz que, em 2005 dos presidiários, 58,4% eram negros e em 2012 a porcentagem da população negra prisional passou para 60,8%.

De acordo com Jaqueline, é uma posição ideológica. "Estamos investindo fortemente em colocar jovens na cadeia, Redução É uma forma de estabelecer o racismo institucional", finaliza ela.